

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO



AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO, QUALIFICADO E ONEROSO N.º/20...., QUE FAZEM ENTRE SI A AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E CIDADANIA – TRANSITAR E A EMPRESA

A Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania – TRANSITAR, inscrita no CNPJ sob o n.º 35.607.532/0001-76, com sede localizada na rua Erechim, n.º 1436, Centro, Cascavel-PR, neste ato representada por sua Presidente Dra. **Laura Rossi Leite**, nomeada pelo Decreto Municipal nº 19.146, publicado em 01 de janeiro de 2025 no Órgão Oficial Eletrônico Município de Cascavel-PR,, doravante denominado PERMITENTE, e o(a) empresa, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º sediado(a), Bairro, Cidade/UF/....., CEP, doravante designado PERMISSIONÁRIO, neste ato representado(a) por (sócio proprietário/procurador), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº/202X e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Permissão de Uso onerosa, decorrente do Pregão Eletrônico nº/202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art.92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é Permissão de uso, a título precário e oneroso, de área localizada no Aeroporto Regional do Oeste – Coronel Adalberto Mendes da Silva (SBCA), no Município de Cascavel/PR, com extensão de 636.483,72 m² (Seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três metros quadrados e setenta e dois centésimos), destinada exclusivamente à exploração comercial da atividade de implantação, plantio, cultivo, manutenção e comercialização de grama cultivada (grameira), dentro das normas de segurança operacional aeroportuária, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO em R\$ e UFMs	VALOR TOTAL R\$ e UFM
01	Exploração Comercial – Grameira área de 634.483,72 m2 anual	5	ANO	UFMs	UFMs

1.2.1 Obrigações acessórias da permissionária:

Além da exploração econômica da área total anual **de 650.000 m² (seiscentos e cinquenta mil metros quadrados)**, sendo entregue nas condições atuais, ficando sob responsabilidade do Permissionário, a adequação do solo, e demais providências necessárias, para o devido a exploração do objeto plantio da grama, área degradada, assoreamento constituem obrigações da permissionária:

- a) **Plantio de Grama:** O permissionário obriga-se a executar o plantio de grama da variedade *Pensacola* ou outra equivalente, sob o critério e aprovação expressa da administração do Aeroporto, em área complementar de 257.549,76 m² (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados), em estrita conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração.
- b) O prazo de início dos serviços deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, após assinatura do Termo de Permissão.
- c) Antes da implantação, deverá ser realizada a adequação do solo, compreendendo preparo, correção e nivelamento necessários, de forma a garantir a plena viabilidade e qualidade do plantio.
- d) O permissionário deverá adotar todos os critérios técnicos e ambientais exigidos pela Administração e pela legislação aplicável, incluindo eventual licenciamento, controle de insumos e práticas de conservação do solo.
- e) **Áreas específicas a serem mantidas**
 - e.1) Área adjacente ao balizamento: manter aparada e sob vigilância permanente, totalizando 17.520,76 m² (dezessete mil, quinhentos e vinte metros quadrados e setenta e seis decímetros quadrados);
 - e.2) Área de segurança e entorno: manter aparada, limpa de qualquer objeto ou galhos, totalizando 82.958,01 m² (oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito metros quadrados e um decímetro quadrado).
- f) **Cercas Aeroportuárias:** Executar a manutenção preventiva e corretiva das áreas verdes em torno da cerca patrimonial e operacional do aeroporto, em extensão linear de 7.000 m (sete mil metros), abrangendo ambos os lados, perfazendo um total de 14.000 m (quatorze mil metros).
- g) A permissionária deverá realizar a **manutenção contínua** de todas as áreas sob sua responsabilidade, mantendo a grama permanentemente aparada, limpa e em condições que não comprometam a segurança operacional do aeródromo. A manutenção deverá observar integralmente os requisitos previstos na Seção 153.213 do RBAC nº 153 (Áreas Verdes), especialmente no que se refere ao controle da vegetação de modo a evitar a formação de obstáculos, a atração de fauna e qualquer interferência nas operações aéreas.
- h) A execução dos serviços deverá, ainda, atender ao disposto na Seção 153.215 do RBAC nº 153 (Sistema de Drenagem), de forma a prevenir acúmulo de água, erosões ou condições que favoreçam o surgimento de espécies que representem risco à fauna local.
- i) A permissionária deverá cumprir também as orientações técnicas estabelecidas na Instrução Suplementar IS nº 153.501-001, que trata do Gerenciamento do Risco da Fauna, garantindo que a altura da vegetação seja mantida dentro dos limites recomendados pela administração aeroportuária e compatíveis com as boas práticas de mitigação de risco operacional.
- j) **Responsabilidade Econômica:** Suportar integralmente, às suas expensas, os custos de plantio, manutenção, corte, roçada, reposição de vegetação, aplicação de agente fitossanitário (herbicida autorizado) e manutenção das cercas, sem qualquer ônus adicional para a Administração, constituindo-se tal obrigação em contrapartida econômica à permissão de uso.

k) Paisagismo do Terminal de Passageiros

k.1) A permissionária deverá implementar e manter o **paisagismo interno e frente do Terminal de Passageiros do Aeroporto**, com o objetivo de promover um ambiente agradável, acolhedor e visualmente harmonioso aos usuários, visitantes e colaboradores. Esta obrigação compreende:

k.1.1) Disponibilização e instalação de vasos decorativos, distribuídos de forma estratégica nas áreas internas do Terminal de Passageiros, em quantidade, formas e modelos adequados ao espaço, mediante aprovação prévia da Administração do Aeroporto.

k.1.2) Fornecimento e manutenção de plantas naturais, adequadas ao ambiente interno, incluindo:

- irrigação regular;
- podas leves;
- reposição de plantas danificadas, doentes ou inadequadas;
- adubação e cuidados fitossanitários necessários;
- garantia de que nenhuma espécie representará risco sanitário, de fauna ou de operação aeroportuária.

k.2) A permissionária deverá manter o paisagismo **sempre limpo, saudável e em boas condições visuais**, responsabilizando-se também por substituir vasos, suportes ou elementos decorativos eventualmente danificados.

k.3) A composição paisagística deverá ser previamente apresentada à Administração do Aeroporto para **aprovação formal**, incluindo o layout proposto, quantidade de vasos, espécies vegetais e critérios de manutenção.

k.4) Para melhor visualização, integra este documento o mapa que demonstra especificamente a área a ser mantida e explorada. As indicações textuais e o mapa são complementares, devendo a permissionária cumprir integralmente ambos, prevalecendo o texto sempre que houver necessidade de detalhamento e o mapa quanto a visualização da área.

l) Contrapartida econômica

l.1) Em razão do cumprimento das obrigações acessórias previstas neste instrumento, a permissionária ficará **isenta da outorga** pelo período inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da assinatura deste Termo de Permissão de Uso.

l.2) A partir do 3º ano, a outorga anual será recolhida **em parcela única**, sempre no primeiro mês de cada exercício, até o décimo dia, conforme tabela abaixo:

1º ano (12 meses) = ISENTOS;

2º ano (24 meses) = ISENTOS

3º ano (36 meses) = Pagamento outorga,

4º ano (48 meses) = Pagamento outorga,

5º ano (60 meses) = Pagamento outorga.

l.3) O pagamento deverá ser efetuado até a data estabelecida neste Termo de Permissão de Uso. Tal procedimento tem por finalidade simplificar o controle financeiro e assegurar a regularidade da arrecadação, sem prejuízo das demais obrigações contratuais assumidas pela permissionária. O valor da outorga será calculado com base na Unidade Fiscal do Município de Cascavel (UFM), vigente no exercício de referência, devendo ser atualizado conforme as disposições previstas na legislação municipal aplicável.

1.2.2 As demais obrigações da Permissionária constam em cláusula específica a seguir neste documento.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1** O Estudo Técnico Preliminar, Mapa áreas verdes a serem mantidas e o Termo de Referência;
- 1.3.2** O Edital da Licitação;
- 1.3.3** A proposta da(o) Permissionária(o);
- 1.3.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da permissão é de 05 (cinco) anos contado da assinatura do Termo de Permissão de Uso, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a(o) permissionária(o), atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a permissão tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução da permissão, com informações de que o uso tenha sido realizado regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na prorrogação;
- d. Haja manifestação expressa da(o) Permissionária(o) informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que a(o) Permissionária(o) mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O Permissionário não tem direito subjetivo à prorrogação do Termo de Permissão de Uso.

2.4 A prorrogação do Termo de Permissão de Uso deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações da permissão, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da permissão deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Termo de Permissão de Uso é a título precário, qualificado e oneroso, podendo, portanto, ser alterado ou extinto unilateralmente e por vontade da Permitente, a qualquer tempo, sob aviso prévio; dado o poder discricionário da Administração Pública, por conveniência e oportunidade, ressalvado o direito do contraditório e da ampla defesa.

2.6.1 O versado no item anterior se aplica também à Permissionária, por rescisão amigável acordado entre as partes, reduzida a termo no processo de seleção.

2.7 Em caso de extinção da permissão de uso, o particular que continuar a se utilizar do bem imóvel público pagará, a título de multa, além da remuneração devida, importância diária fixada no Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução da permissão, os modelos de gestão e de execução, assim como as condições de uso, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da permissão, sendo essa destinada exclusivamente à(ao) Permissionária(o), vedada a qualquer título, a sua cessão ou transferência para pessoa estranha ao Termo.

4.2 Fica vedada a utilização do bem imóvel público para realização de propaganda político-partidária ou divulgação e veiculação de publicidade estranha ao uso permitido do objeto da Permissão de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor anual da Permissão de Uso é de _____ UFMs (_____), totalizando ** _____ UFMs** pelo período contratual de 5 (cinco) anos.

5.1.1 Na data da assinatura deste Termo, o valor anual acima corresponde a R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (_____), conforme conversão da UFM vigente na data.

5.1.2 O valor devido durante a execução da Permissão será atualizado automaticamente conforme a variação anual da UFM – Unidade Fiscal do Município, aplicando-se a equivalência vigente à época de cada cobrança, independentemente de aditivo.

5.2 Em razão da isenção prevista para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses de vigência deste Termo, não haverá cobrança de outorga no 1º e no 2º ano.

5.3 A partir do 3º (terceiro) ano, o pagamento da outorga será realizado anualmente, em parcela única, sempre no primeiro mês de cada exercício, com vencimento até o décimo dia do referido mês. A primeira cobrança ocorrerá, portanto, no primeiro mês do 3º ano de vigência, e as demais nos mesmos moldes nos anos subsequentes.

5.4 O valor devido em cada exercício será calculado com base na Unidade Fiscal do Município de Cascavel (UFM) vigente no respectivo ano, observando-se automaticamente sua atualização conforme Ato legal da autoridade máxima do município publicado em diário oficial.

5.5 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da permissão.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo e em sentido estrito do valor da permissão são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO(art. 92, V e XI)

7.1 Os preços inicialmente celebrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da(o) Permissionária(o), os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Permitente, com base na Unidade Fiscal do Município de Cascavel (UFM) vigente no respectivo ano, observando-se automaticamente sua atualização conforme Ato legal da autoridade máxima do município publicado em diário oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a(o) Permissionária(o) pagará à Permitente a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.9. A PERMITENTE deverá responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo PERMISSIONÁRIO no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, da data do protocolo.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações da Permitente:

- 8.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela(o) Permissionária(o), de acordo com o Termo de Permissão de Uso e seus anexos;
- 8.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3** Notificar a(o) Permissionária(o), por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto permitido, para que seja por ela(e), reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Permissão de Uso e o cumprimento das obrigações pela(o) Permissionária(o) em consonância com a Instrução Normativa nº 007/2024 - TRANSITAR;
- 8.1.5** Efetuar o recebimento da(o) Permissionária(o) do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Permissão de Uso e no Termo de Referência;
- 8.1.6** Aplicar à(ao) Permissionária(o) as sanções previstas na lei e neste Termo de Permissão de Uso;
- 8.1.7** Cientificar Diretoria Administrativa e Financeira da TRANSITAR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela(o) Permissionária(o);
- 8.1.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Permissão de Uso, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela(o) Permissionária(o) com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Permissão de Uso, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da(o) Permissionária(o), de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.1.10** Não realizar intervenções indevidas na gestão interna da Permissionária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA(O) PERMISSIONÁRIA(O) (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A(O) Permissionária(o) deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Permissão de Uso e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Permissão de Uso, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da permissão pela Permitente, que ficará autorizada a acrescer dos pagamentos devidos pela Permissionária, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4 Não contratar, durante a vigência do Termo de Permissão de Uso, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Permitente ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.5 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da permissão de uso.

9.1.6 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Permitente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.7 Paralisar, por determinação da Permitente, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.8 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.9 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.10 Submeter previamente, por escrito, ao Permitente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.12 Manter durante toda a vigência do Termo de Permissão de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Permissão de Uso;

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da permissão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Permitente.

9.1.16 As benfeitorias que venham a ser realizadas no imóvel serão, automaticamente, incorporadas a este, não remanescendo à(o) Permissionária(o) direito a qualquer espécie de indenização, nem, tampouco, exercício de retenção por aquelas benfeitorias.

9.1.17 Cumprir as obrigações específicas relacionada a esta Permissão, previstas no Decreto Municipal nº 11.901/2014, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o regimento interno do "Cel. Adalberto Mendes da Silva".

9.2 DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS

9.2.1. O PERMISSIONÁRIO será única e integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais decorrentes da execução das atividades objeto deste Contrato/Termo de Permissão de Uso, em estrita observância à Constituição Federal de 1988, à legislação trabalhista vigente, às normas previdenciárias e às demais disposições legais aplicáveis.

9.2.2. A PERMITENTE não manterá qualquer vínculo empregatício, direto ou indireto, com os empregados, prepostos ou colaboradores do PERMISSIONÁRIO, não respondendo solidária ou subsidiariamente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, indenizatórios ou quaisquer outros ônus decorrentes das relações mantidas entre o PERMISSIONÁRIO e seus empregados, nos termos da legislação aplicável.

9.2.3 O PERMISSIONÁRIO compromete-se a manter, durante toda a vigência deste instrumento, a regularidade trabalhista e previdenciária, assumindo total responsabilidade por eventuais demandas, reclamatórias, autuações ou condenações relacionadas às relações de trabalho decorrentes da execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.2 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do Termo de Permissão de Uso e 90 (noventa) dias corridos após término da vigência contratual, podendo o Permissionário optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

10.3 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, **no máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

10.3.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Permissionário não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do Termo de Permissão de Uso, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

10.3.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Termo de Permissão de Uso principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.3.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

10.3.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do Termo de Permissão de Uso, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Permitente, contado da assinatura do Termo de Permissão de Uso, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

10.3.6 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Permissionário, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

10.4 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Permissionário, deverá ser efetuada em favor do Permitente, em conta específica a ser fornecida pela Permitente, com correção monetária.

10.4.1 O Permissionário deverá requerer a Permitente os dados bancários para prestação de garantia no ato da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

10.4.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada **em até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso.

10.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.7 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

10.7.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Permitente juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022)

10.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

10.8.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Termo de Permissão de Uso e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.8.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Permissionário; e

10.8.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Permissionário

10.9 No caso de alteração do valor do Termo de Permissão de Uso, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10 Na hipótese de suspensão do Termo de Permissão de Uso por ordem ou inadimplemento da Administração, o Permissionário ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Permissionário obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Permitente, contados da data em que for notificada.

10.12 O Permitente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.12.1 O emitente da garantia ofertada pelo Permissionário deverá ser notificado pelo Permitente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Termo de Permissão de Uso de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.13 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Permitente, mediante termo circunstanciado, de que o Permissionário cumpriu todas as cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

10.13.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

10.13.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.14 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Termo de Permissão de Uso ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.14.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Permissionário pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

10.14.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Termo de Permissão de Uso de trabalho;

10.14.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços permissionados, a Administração poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Termo de Permissão de Uso no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.15 O Permissionário autoriza o Permitente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

10.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Permitente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao permissionário.

10.17 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Decreto Municipal nº 19.857, de 13 de outubro de 2025.

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a(o) Permissionária(o) que:

- a) der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso;
- b) der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Termo de Permissão de Uso;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da permissão sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Permissão de Uso;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Termo de Permissão de Uso;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Serão aplicadas à(ao) a(o) Permissionária(o) que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão de Uso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Permissão de Uso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Permissão de Uso, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - 1) Moratória de **2% (dois por cento) por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
 - 2) Compensatória de **até 30% (trinta por cento)** sobre o valor total do Termo de Permissão de Uso, no caso de inexecução total do objeto.

11.4 Persistindo a irregularidade superior a 30 (trinta) dias corridos, a Permitente aplicará adicionalmente taxa de compensação financeira, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da(s) parcela(s) mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo,

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira;

N = Número de dias entre a data de vencimento e o efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

O índice de compensação financeira possuirá valor de 0,00016438, sendo assim apurado:

$$I = (TX)$$

TX = Percentual da taxa anual de 6%

$$I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

11.5 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

11.6 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Permissão de Uso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Permitente ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.7 Todas as sanções previstas neste Termo de Permissão de Uso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Permitente à(ao) a(o) Permissionária(o), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.11 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Permitente;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.13 A personalidade jurídica da(o) Permissionária(o) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Permissão de Uso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) Permissionária(o), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.14 A Permitente deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.16 Os débitos do contratado para com a Administração Permitente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora Permitente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As receitas orçamentárias relativas a essa Permissão de Uso correrão a conta : 4131102010700000000 – Permissão de Uso – Aeroporto

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO (Art. XIX)

13.2 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.3 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.4 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.4.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.4.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pela Permitente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações da permissão reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 A(O) Permissionária(o) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Permissão de Uso.

15.3 As alterações do Termo de Permissão de Uso deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Permitente, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do Termo de Permissão de Uso podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Permitente divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Permissão de Uso que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel-PR, de de 20.....

**Autarquia Municipal de Mobilidade,
Trânsito e Cidadania – TRANSITAR**
[nome]
Presidente

Permissionária(o)
[nome]
Representante legal

Testemunha 2:

Testemunha 2:

Minuta